



# MUNICIPIO DE TOLEDO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO RP N°. 011/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 035/2026  
EDITAL: N° 016/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TOLEDO - MG

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para prestação de serviço de elaboração de projetos básicos e executivos de obras de uso institucional, educacional, saúde, esportivo, recreativo, equipamentos públicos (praças, rotatórias etc.), projetos de infraestrutura, serviços de Topografia e Agrimensura e consultoria técnica especializada para atendimento às demandas da Secretaria de Obras, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 4.330.993,40 (quatro milhões e trezentos e trinta mil e novecentos e noventa e três reais e quarenta centavos).

DATA DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:  
INÍCIO 22/04/2026 (a partir das 08:00 hrs)  
FIM 08/05/2026 (ATÉ AS 08:00 hrs)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA: **08/05/2026 – às 10h00minh**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: <https://bllcompras.com>

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**  
**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°**  
**870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**  
**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-**  
**mail: licitacaotoledomg@gmail.com**



# MUNICIPIO DE TOLEDO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

NÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO RP N°. 011/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 035/2026**  
**EDITAL: N° 16/2026**

### PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE TOLEDO MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 18.677.617/0001-01, com sede administrativa localizado Endereço: RUA PAPA JÃO PAULO II, 870, JD DO LAGO, TOLEDO – MG . CEP 37630 000, na cidade de Toledo Estado de Minas Gerais, torna público que se encontra aberto o certame licitatório, na modalidade PREGÃO ELETRONICO REGISTRO DE PREÇOS DATA DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: INÍCIO 22/04/2026 (a partir das 08:00 hrs) FIM 08/05/2026 (ATÉ AS 08:00 hrs) DATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA: 08/05/2026 – às 10h00minh CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO ITEM MODO DE DISPUTA: ABERTO, tendo por objeto: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para prestação de serviço de elaboração de projetos básicos e executivos de obras de uso institucional, educacional, saúde, esportivo, recreativo, equipamentos públicos (praças, rotatórias etc.), projetos de infraestrutura, serviços de Topografia e Agrimensura e consultoria técnica especializada para atendimento às demandas da Secretaria de Obras, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**

1.2. Este certame será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 10 de junho de 2021, com suas alterações posteriores, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.3. O PREGÃO será conduzido pelo PREGOEIRO e pela Comissão Permanente de Licitação, conforme designação contida nos autos do processo físico, nos termos do Decreto Municipal, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “licitações” constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL – [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**  
**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°**  
**870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**  
**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-**  
**mail: [licitacaotoledomg@gmail.com](mailto:licitacaotoledomg@gmail.com)**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

- 2.1. A licitação será realizada em sessão pública por meio da INTERNET, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases através do sistema de licitações eletrônicas da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, disponível na página eletrônica: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).
- 2.3. O licitante deverá estar credenciado até no mínimo 2 (duas) hora antes do horário fixado para abertura da sessão.
- 2.4. Para todas as referências de tempo, será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

### DO OBJETO

3.1. A presente licitação tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para prestação de serviço de elaboração de projetos básicos e executivos de obras de uso institucional, educacional, saúde, esportivo, recreativo, equipamentos públicos (praças, rotatórias etc.), projetos de infraestrutura, serviços de Topografia e Agrimensura e consultoria técnica especializada para atendimento às demandas da Secretaria de Obras, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**

### DO VALOR ORÇADO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. A contratação objeto da presente licitação têm seu valor orçado R\$ 4.330.993,40 (quatro milhões e trezentos e trinta mil e novecentos e noventa e três reais e quarenta centavos).
- 4.3. Dotação orçamentária, a saber: 3.3.90.39.00.2.04.02.15.452.0004.2.0019

4.4 Os preços unitários utilizados na planilha orçamentária foram obtidos de acordo com a utilização de orçamentos de fornecedores distintos.

### REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 5.1. Neste certame, a fase de habilitação sucederá a de disputa, seguindo o rito a que se refere a Lei 14.133/21 em seu artigo 17.
- 5.1.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.
- 5.2. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, em caso de Pregão Eletrônico, que terão as atribuições definidas na Lei n.º 14.133/21 e, em especial:
- 5.2.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- 5.2.2. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**  
**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°**  
**870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**  
**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-**  
**mail: [licitacaotoledomg@gmail.com](mailto:licitacaotoledomg@gmail.com)**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

- 5.2.3. Abrir as propostas de preços;
- 5.2.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
- 5.2.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
- 5.2.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- 5.2.7. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- 5.2.8. Declarar o vencedor;
- 5.2.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- 5.2.10. Elaborar a ata da sessão;
- 5.2.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- 5.2.12. Comunicar a necessidade de abertura de processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.
- 5.3. Caberá ao licitante interessado em participar do certame:
  - 5.3.1. Credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame;
  - 5.3.2. Remeter, no prazo estabelecido, via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
  - 5.3.3. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
  - 5.3.4. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
  - 5.3.5. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
  - 5.3.6. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do certame na forma eletrônica; e
  - 5.3.7. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 5.4. A participação, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.
- 5.5. É vedado ao fornecedor identificar-se em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer da sessão do certame, sob pena de desclassificação do licitante.
- 5.6. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio da PLATAFORMA, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

### **CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

- 6.1. Poderão participar desta Licitação as empresas regularmente estabelecidas no País que sejam credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos, bem como as demais normas que regem a sua atividade e que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto ao sistema eletrônico

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**

**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°  
870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**

**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-  
mail: licitacaotoledomg@gmail.com**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

de licitações adotado (Bolsa de Licitações e Leilões).

6.2. Poderão participar deste certame interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

6.3. A participação está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, preferencialmente de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

6.3.1. A participação do licitante no presente certame significará que tomou conhecimento de todas as informações que julgaram necessárias, e que examinou o conteúdo deste Ato Convocatório, Anexos e Proposta de Preço e os encontrou corretos e que aceita integral e irrevogável, os seus termos.

6.3.2. O provedor do sistema eletrônico poderá cobrar pelos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação nos termos do regulamento do sistema.

6.3.3. A PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO MG está isenta de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), ficando a cargo do(a) licitante vencedor(a) do certame os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema, nos percentuais compatíveis com o objeto licitado neste edital de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes (Licitante/BLL – Bolsa de Licitações e Leilões) referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.

6.3.4. O Licitante deverá cumprir o regulamento do sistema eletrônico de licitações, ficando a cargo exclusivo do licitante qualquer responsabilidade decorrente das obrigações assumidas com a promotora do sistema.

6.4. Não poderão participar dessa licitação os interessados:

6.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**

**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°**

**870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**

**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-**

**mail: [licitacaotoledomg@gmail.com](mailto:licitacaotoledomg@gmail.com)**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

6.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

6.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O impedimento de que trata o item 6.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.4.2 e 6.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

6.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.8. O disposto nos itens 6.4.2 e 6.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.10. A vedação de que trata o item 6.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.11. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no respectivo anexo para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

### **DA MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

7.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**

**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°  
870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**

**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-  
mail: licitacaotoledomg@gmail.com**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

7.1.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na Lei 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.2. Nos termos dos artigos 44, § 1º e 45, da Lei Complementar Federal nº 123/06, com suas alterações posteriores, fica assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.2.1. Entende-se por empate, para os fins do subitem anterior, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.2.2. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado. Nesse caso, será conferido o prazo de 3 (três) dias para a microempresa ou empresa de pequeno porte classificada em primeiro lugar apresentar nova planilha orçamentária, com a adequação do preço ofertado.

7.2.3. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese mencionada no caput deste item, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.2.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte, que se encontrem no intervalo estabelecido, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.2.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originariamente vencedora deste certame de licitação.

7.3. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que optar pelos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06, com suas alterações posteriores, deverá apresentar:

7.3.1. DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO OU CERTIDÃO SIMPLIFICADA, ambas expedidas pela respectiva junta comercial com data de expedição do exercício atual; OU

7.3.2. Quando optante pelo SIMPLES nacional: comprovante da opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

7.3.3. Quando não optante pelo SIMPLES nacional: declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício-DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Lei Complementar nº. 123/06;

7.4. A participação nas condições previstas neste item, implica no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no parágrafo quarto, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

### **DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL**

8.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

8.2. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimento ou de

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**

**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°**

**870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**

**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-**

**mail: licitacaotoledomg@gmail.com**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

impugnação ao ato convocatório do certame e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

8.2.1. A decisão sobre a impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do certame no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida, que, além de comportar divulgação sistema, deverá também ser juntada aos autos do certame.

8.2.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada e autorizada pela autoridade competente nos autos do processo de licitação.

8.2.3. O acolhimento da impugnação exige, desde que implique em modificação (s) do ato convocatório do certame, além da (s) alteração (s) decorrente (s), divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

8.3. Os pedidos de esclarecimentos devem ser formalizados por meio da ferramenta disponibilizada pelo sistema.

8.3.1. As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

8.3.2. O Agente de Contratação, Comissão de Licitação ou Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos e demais assessorias que verificar necessárias, podendo o prazo ser prorrogado ante as diligências.

8.3.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

8.4. Em caso de necessidade de prorrogação do prazo de resposta ante a complexidade da impugnação ou pedido de esclarecimento, o certame poderá ser suspenso para cumprimento das diligências e análises necessárias.

8.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

### **DO CREDENCIAMENTO**

9.1. O licitante deverá estar credenciado, preferencialmente de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo 1 (uma) hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

9.1.1. O licitante deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

9.1.2. O acesso do operador ao certame, para efeito de registrar a proposta e dar lances em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

9.1.3. Chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer certame eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões.

9.1.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações e Leilões ou à Prefeitura Municipal de Tabapuã/SP, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**

**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°**

**870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**

**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-**

**mail: licitacaotoledomg@gmail.com**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.1.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame eletrônico.

9.1.6. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico WWW.BLL.ORG.BR.

9.1.7. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR

(41) 3097-4600 e 3097-4646, ou através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

### APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, até data e horário definidos, dos seguintes campos:

10.1.1. Valor unitário e o valor total global de cada lote que pretenda, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas, relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação.

10.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares às especificações do Projeto Básico;

10.1.3. Declaração em campo próprio do sistema de que sua proposta atende plenamente as condições previstas neste edital e seus anexos.

10.2. Não será obrigatória apresentação de proposta para todos os itens.

10.3. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data da sessão deste certame;

10.4. É vedada a identificação do licitante até o término da fase de disputa, sob pena de desclassificação.

10.5. A não anexação da proposta escrita digitalizada não inabilitará a licitante para participar do certame em virtude da existência da proposta eletrônica para fins de participação, não se aplicando o mesmo para os documentos exigidos para fins de avaliação de conformidade da proposta.

10.6. O encaminhamento de proposta pelo sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

10.7. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

10.8. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais das atividades das obras, com os tributos eventualmente devidos e as demais despesas, diretas e indiretas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução do objeto desta licitação.

10.9. Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste edital.

10.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.11. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**

**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°**

**870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**

**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-**

**mail: [licitacaotoledomg@gmail.com](mailto:licitacaotoledomg@gmail.com)**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

10.12. A declaração falsa relativa à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas legalmente e neste Edital.

10.13. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.13.1. A não inserção de informações contendo as especificações requisitadas, ou documentos, caso haja arquivo requerido, no campo próprio da proposta implicará na desclassificação da licitante, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta;

10.13.2. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no projeto básico, no edital e seus anexos.

10.14. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

### **10.15. Da proposta comercial/física:**

10.15.1. O licitante mais bem classificado deverá encaminhar a proposta adequada ao último lance ofertado, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários, à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados.

10.15.2. A proposta de preço deverá ser apresentada de acordo com o modelo constante deste edital, juntamente com o respectivo cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, em uma via, em língua portuguesa, datilografada ou digitada, datada, rubricada e assinada, sem emendas, rasuras, borrões, entrelinhas ou ressalvas, contendo, obrigatoriamente, preços unitário e total, de acordo com as especificações deste edital.

10.16. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

10.17. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da licitante, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.

10.18. A(s) licitante(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do certame.

## **DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

12.1. A licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos neste Edital até a data e horário marcados para abertura da sessão pública.

12.2. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente encaminhada.

12.3. Para fins de habilitação, os licitantes deverão apresentar os documentos relacionados no Termo de Referência em anexo, juntamente com documentos de identificação pessoal e de representação:

### **13. DAS DILIGÊNCIAS DOCUMENTAIS:**

13.1. Na análise dos documentos de habilitação, o agente/comissão/pregoeiro e equipes de apoio

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**

**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°**

**870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**

**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-**

**mail: licitacaotoledomg@gmail.com**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

poderão sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante registro do ocorrido, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

I. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.3. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital

### **DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

14.2. Ao término do prazo definido para credenciamento e recebimento das propostas, encerra-se, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

14.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando necessário, até a abertura da sessão pública.

14.4. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Condutor do certame e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens (chat), em campo próprio do sistema eletrônico.

14.5. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, o Condutor verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou com a legislação vigente.

14.5.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

14.5.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.

14.6. O Condutor do certame poderá suspender a sessão pública quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas perdurará por mais de um dia tendo em vista a quantidade de itens ou complexidade destes.

14.6.1. Após a suspensão da sessão pública, o condutor enviará, via chat, mensagens às licitantes informando a data e horário previstos para o início da disputa.

14.7. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

### **DA FASE COMPETITIVA**

15.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances e deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**

**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°**

**870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**

**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-**

**mail: licitacaotoledomg@gmail.com**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

sistema eletrônico.

15.1.1. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

14.1.2. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

14.1.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.

14.1.4. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

14.1.5. Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.

14.1.6. Na hipótese da empresa licitante não conseguir ofertar o menor preço, conforme redução mínima prevista, a mesma poderá apresentar lances intermediários para deixar registrado na ata para fins de classificação e para eventual convocação ocasionada por inabilitação das empresas classificadas provisoriamente em melhores colocações ou se ocorrer liberação do fornecimento.

14.1.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

14.1.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.1.9. A redução mínima entre os lances deverá ser 03 casas decimais.

14.1.10. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o certame e objeto licitado, quando o condutor definir uma margem de lance para esse lote.

14.1.11. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

14.2. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

14.2.1. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades legais cabíveis.

14.2.2. Fica a critério do agente de contratação/comissão a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances ou durante esta.

14.2.3. Fora da situação mencionada no item anterior, após o credenciamento das propostas, durante a sessão de disputa de lances não serão aceitos pedidos de desclassificação do licitante para o item/lote alegando como motivo "erro de cotação" ou qualquer outro equívoco da mesma natureza.

14.2.4. Após a sessão de disputa de lances, durante a fase de aceitação/habilitação não serão aceitos pedidos de desclassificação do licitante aduzindo em defesa, causas, razões ou circunstâncias que visivelmente só ocorreram por responsabilidade objetiva do licitante.

14.2.5. Caso a correção de lances não seja possível de ser realizada antes do término da disputa e haja pedido do licitante em tempo hábil durante essa fase, poderá o agente/comissão realizar a devida correção do em prol de real obtenção da melhor proposta.

14.3. Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao condutor a abertura e gerenciamento simultâneo de vários lotes da mesma licitação, quando for o caso.

14.3.1. Em regra, a disputa simultânea de lotes obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**

**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°**

**870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**

**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-**

**mail: licitacaotoledomg@gmail.com**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

condutor poderá efetuar a abertura da disputa de lotes selecionados fora da ordem sequencial, se assim desejar.

14.4. No caso de desconexão do Condutor, no decorrer da etapa competitiva do Certame Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Condutor, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

14.4.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (Chat) ou e-mail divulgando data e hora da reabertura da sessão.

14.5. O condutor tem a ação de iniciar a fase de lances, depois todo processo é automático, realizado pelo sistema eletrônico.

14.6. Modo de disputa: **ABERTO.**

14.6.1. O modo de disputa aberto é aquele em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos com prorrogações.

14.6.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

14.6.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

14.7. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

14.7.1. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o condutor, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

14.7.2. O Sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

14.8. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC n.º 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538, de 2015.

14.9. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.9.1. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.9.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.9.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**

**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°  
870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**

**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-  
mail: licitacaotoledomg@gmail.com**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.10. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase.

14.11. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto na legislação vigente, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

14.11.1. No país;

14.11.2. Por empresas brasileiras;

14.11.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.11.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

14.11.5. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

14.12. O sistema informará a proposta de menor preço (ou melhor proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo agente/comissão acerca da aceitação do lance de menor valor.

14.13. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente/comissão poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

14.13.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.14. Após a negociação do preço, o agente/comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### **DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

15.1. Encerrada a etapa de negociação, deverá a licitante classificada em primeiro lugar encaminhar a proposta atualizada, em planilha detalhada, com o valor devidamente adequado, conforme solicitado pelo condutor e no prazo estabelecido por este.

15.1.1. Eventuais ajustes para fins de adequação da planilha devem ser realizados de forma a não majorar o valor proposto.

15.2. Encaminhada a proposta atualizada, o agente/comissão examinará a proposta quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

15.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Condutor examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital;

15.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**

**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°**

**870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**

**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-**

**mail: licitacaotoledomg@gmail.com**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

### 15.5. DA INEXEQUIBILIDADE:

15.5.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, e só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

15.5.2. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- I. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- II. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- III. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

IV. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

15.5.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

15.5.4. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

15.6. No julgamento das propostas, o agente/comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

15.6.1. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

15.6.2. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

15.6.3. O Agente/Comissão poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

15.6.4. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente/Comissão por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo Agente/Comissão.

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**

**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°  
870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**

**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-  
mail: licitacaotoledomg@gmail.com**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

15.6.5. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente/Comissão, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente/Comissão, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

15.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente/Comissão examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

15.8. Havendo necessidade, o Agente/Comissão suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

15.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente/Comissão verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

### **DO EXAME DA HABILITAÇÃO E DECLARAÇÃO DO VENCEDOR**

16.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente/Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- d) Relação de Apenados publicada no Diário Oficial do Estado através da pesquisa de Impedimento de Contratos/Licitações.

16.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens a, b e c acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

16.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12, da Lei n.º 8.429/92.

16.4. Constatada a existência de sanção, o Agente/Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

16.5. Os documentos que compõem a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente/Comissão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

16.6. Franqueada vista aos interessados e finalizada a análise da documentação, será aberto o prazo para manifestação da intenção de interposição de recurso.

16.7. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação e da proposta escrita dentro do prazo estabelecido, ou seja, até a abertura da sessão, acarretará na desclassificação e/ou inabilitação da licitante, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Agente/Comissão.

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**

**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°  
870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**

**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-  
mail: [licitacaotoledomg@gmail.com](mailto:licitacaotoledomg@gmail.com)**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

16.8. Atendidas todas as condições de participação, o Agente/Comissão passará a análise dos documentos de habitação, para verificação do atendimento das condições fixadas neste edital. A habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante atende às exigências deste edital quanto à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico- financeira e demais exigidas.

16.9. Constatado o atendimento das exigências habilitatórias previstas no EDITAL, a licitante será declarada vencedora.

16.10. A proposta final será considerada de acordo com as ocorrências documentadas nos autos e será levada em consideração o valor finalizado e constante em ata da sessão pública e servirá para balizar a execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

16.11. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

16.12. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

### **DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA ESCRITA**

17.1.1. Finalizada a sessão pública, o licitante vencedor deverá encaminhar, conforme orientações no chat eletrônico, a proposta atualizada, em planilha detalhada conforme valor final, podendo ser utilizado o e-mail [licitacaotoledomg@gmail.com](mailto:licitacaotoledomg@gmail.com).

17.2. Finalizada a sessão pública, o licitante vencedor deverá encaminhar os documentos originais, que não possuam autenticação digital, devendo ser relacionados e apresentados na Divisão de Licitação e Contratos desta Prefeitura Municipal, em até 03 (três) dias úteis, prorrogáveis à critério da Administração Pública, após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

17.2.1. Em caso de cópia simples, deverá esta ser acompanhada do original para que seja autenticada por servidor da Administração no ato de apresentação ou publicação em órgão de imprensa oficial.

17.2.2. Será aceita a autenticação digital feita por cartório competente para fins de certificação de documentação de habilitação.

17.2.3. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICPBrasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

17.2.4. A licitante participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

17.2.5. A critério do Agente/Comissão, desde que devidamente justificado, o prazo para entrega física dos documentos poderá ser prorrogado.

17.3. Objetivando a segurança e a integridade dos documentos apresentados, recomenda-se que sejam numerados e rubricados em todas as folhas.

17.4. A proposta escrita deverá ser apresentada rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo representante Legal da Empresa, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**

**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°  
870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**

**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-  
mail: [licitacaotoledomg@gmail.com](mailto:licitacaotoledomg@gmail.com)**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, devidamente datada.  
17.5. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

### **DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

18.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

18.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

18.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC n.º 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

18.1.3. Quando as propostas ou documentos de habilitação demandarem mais tempo para análise, hipótese em que será comunicada a suspensão da sessão por meio do sistema eletrônico ("chat").

18.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

18.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), de acordo com a fase do procedimento licitatório, sendo de exclusiva responsabilidade dos licitantes o acompanhamento das convocações.

18.3.1. Todas as mensagens enviadas pelo sistema eletrônico ficam disponíveis na página do respectivo certame eletrônico, sendo responsabilidade dos licitantes o acompanhamento destas, independentemente do aviso ou não por meio da ferramenta eletrônica.

### **DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

19.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. Finalizada a fase de habilitação, o Agente/Comissão, por meio do sistema, avançará para a fase de manifestação de interesse em apresentar recursos.

19.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão.

19.2.2. O licitante deverá indicar contra qual (s) decisão (s) pretende recorrer e por quais motivos, de forma sucinta.

19.2.3. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

19.2.4. O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes classificados e desclassificados.

19.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente/Comissão verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**

**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°**

**870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**

**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-**

**mail: licitacaotoledomg@gmail.com**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

19.3.1. Nesse momento o Agente/Comissão não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

19.3.2. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou por mera irresignação quanto a eventual insucesso.

19.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir do primeiro dia útil seguinte à manifestação da intenção de recurso, o prazo de 03 (três) dias úteis para incluir peça recursal, bem como razões e demais documentos no campo próprio, via upload, exclusivamente no sistema de licitações.

19.4.1. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

19.4.2. Os recursos interpostos fora do prazo ou do sistema não serão conhecidos.

19.4.3. Os demais licitantes ficarão, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-se assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

19.4.4. O recurso contra decisão do Agente/Comissão terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

19.4.5. Na hipótese de interposição de recurso, o Agente/Comissão encaminhará os autos devidamente fundamentados à autoridade competente, com razões e contrarrazões, caso existentes;

19.4.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.4.7. Os autos do processo físico permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço constante neste Edital e não poderão ser retirados do endereço.

19.5. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório;

19.5.1. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

20.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da (s) proponente (s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao CONDUTOR adjudicar o (s) objeto (s) do certame à (s) proponente (s) vencedora (s).

20.2. Existindo recurso (s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do (s) mesmo (s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do (s) objeto (s) do certame à (s) proponente(s) vencedora(s).

20.3. A homologação é ato de competência da autoridade que determinou a abertura do procedimento.

20.4. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da (s) proponente(s) adjudicatária(s) para assinar o Contrato ou documento equivalente.

### **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**

**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°**

**870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**

**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-**

**mail: licitacaotoledomg@gmail.com**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

21.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

21.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

21.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

21.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

21.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

21.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

21.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

### **DAS ALTERAÇÕES E DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

23.1. As alterações e hipóteses de reajustamento são aquelas definidas na minuta de Ata, anexo a esse edital.

### **DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

24.1. Correrá por conta da Contratada as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e a entrega deverá ocorrer sem prejuízo dos serviços normais desta Prefeitura Municipal.

24.2. A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

24.3. A Administração poderá obrigar o Contratado a corrigir as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade do objeto contratados.

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**

**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°**

**870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**

**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-**

**mail: licitacaotoledomg@gmail.com**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

24.4. Ficam reservados à Fiscalização o direito e a autoridade de resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo, não previsto no contrato, nas especificações e em tudo o mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com os produtos em questão, aceitando, a CONTRATADA, todas as condições e métodos de controle e de verificação adotados pela

24.5. As irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo de cinco dias úteis, contados do recebimento pela Contratada da notificação por escrito.

24.6. As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada quanto à execução do objeto.

24.7. Todos os serviços e/ou produtos deverão atender as normas técnicas que regem seu segmento.

24.8. O recebimento definitivo não exime a Contratada de sua responsabilidade, na forma da lei, pela qualidade, correção e segurança do objeto.

### **DO PAGAMENTO**

25.1. A contagem do prazo para pagamento considerará 30 dias corridos após recebimento nota fiscais e terá início e encerramento em dias de expediente nesta Prefeitura Municipal.

25.2. Para efeito de pagamento, a Contratada encaminhará os documentos de cobrança para o Setor de Contabilidade.

25.3. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será solicitada à Contratada, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a esta Prefeitura Municipal no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

25.4. Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

25.5. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada.

25.6. O pagamento será efetuado, em favor da licitante vencedora por meio de transferência, conforme dados bancários fornecidos.

25.7. Em se tratando de verbas oriundas de recurso Federal, os pagamentos somente serão efetuados à contratada com a liberação das respectivas verbas ou repasses do Convênio.

25.7.1. Os pagamentos serão efetuados em parcela única a favor da licitante vencedora em até trinta dias após a liberação do recurso Federal, desde que devidamente apresentada a nota fiscal e efetivada a entrega do objeto do certame.

25.8. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, multas relativas ao objeto do certame etc.

### **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

26.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

26.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo condutor responsável durante o certame;

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**

**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°**

**870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**

**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-**

**mail: licitacaotoledomg@gmail.com**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

26.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- I. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- II. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- III. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- IV. deixar de apresentar amostra; ou
- V. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

26.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

26.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;

26.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

26.1.6. Fraudar a licitação

26.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- I. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- II. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

26.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

26.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

26.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

26.2.1. advertência;

26.2.2. multa;

26.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

26.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

26.3. Na aplicação das sanções serão considerados de forma proporcional para a gradação das penalidades:

26.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

26.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

26.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

26.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

26.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

26.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente aos casos de inexecução parcial do contrato, salvo quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

26.5. A sanção de multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da contratação, e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

26.5.1. Para os casos previstos nos incisos IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, será

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**

**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°**

**870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**

**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-**

**mail: licitacaotoledomg@gmail.com**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

aplicada multa de 0,5% a 5% do valor do objeto licitado.

26.5.2. Em caso de descumprimento parcial das obrigações pactuadas após notificação de advertência, será aplicada multa de 5% a 10% do valor do contrato.

26.5.3. Em caso de descumprimento parcial que cause danos à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada multa de 10% até 20% do valor do contrato.

26.5.4. Em caso de descumprimento total das obrigações pactuadas, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

26.5.5. Para os casos previstos nos incisos VIII, IX, X, XI, XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, será aplicada multa de 15% a 30% do objeto contratado.

26.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito desta Administração Pública pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

26.7. A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

26.7.1. A declaração será precedida de análise jurídica e observará as regras definidas no §6º, do artigo 156, da Lei 14.133/21.

26.8. A sanção de multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

26.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

26.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

26.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

26.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

26.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

26.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

26.15. Independentemente da aplicação das penalidades retro indicadas, a (s) licitante (s) ficará(o) sujeita(s), ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração Pública e decorrentes de

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**

**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°**

**870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**

**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-**

**mail: licitacaotoledomg@gmail.com**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

sua inadimplência, bem como arcará(o) com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação, na hipótese da(s) licitante(s) classificada(s) não aceitar(em) a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.

26.16. Para efeito de aplicação de qualquer penalidade, são assegurados o contraditório e a ampla defesa.

26.17. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com a PREFEITURA, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal do Contas do Estado.

26.18. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos, podendo as multas serem descontadas dos créditos da empresa ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

26.19. Após a assinatura do contrato, a Contratada ficará sujeita as penalidades previstas no respectivo instrumento contratual, sem prejuízo de demais penas aplicadas na forma da legislação vigente.

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

27.1. As normas disciplinadoras deste certame serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as licitantes, sem comprometimento do interesse público, e dos contratos delas decorrentes.

27.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste certame, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

27.3. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato / fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste EDITAL, desde que não haja comunicação do agente/comissão em sentido contrário.

27.4. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

27.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da licitante, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do pregão.

27.6. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do pregão.

27.7. Este Edital e seus Anexos, bem como a(s) proposta(s) da(s) licitante(s) adjudicatária(s), farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.

27.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação

27.9. Os casos omissos neste edital de pregão serão solucionados pelo pregoeiro, Comissão Permanente de Licitações ou Comissão de Contratação, com base na legislação municipal e, subsidiariamente, nos termos da legislação federal e princípios gerais de direito.

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**

**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°**

**870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**

**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-**

**mail: licitacaotoledomg@gmail.com**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

27.1. Integram este edital os seguintes anexos:

27.1.1. Anexo I – ETP

27.1.2. Anexo II – TERMO DE REFERÊNCIA

27.1.3. Anexo III – Modelo de Proposta de Preços

27.1.4. Anexo IV – Modelos de Declarações e Procuração

27.1.5. Anexo V – Modelo de declaração de ME ou EPP

27.1.6. Anexo VI - Minuta de ata

27.2. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente do Foro da Comarca Extrema - MG.

**Município de Toledo-MG, 17 de abril de 2026.**

**ZILDO ALEXANDRO DE OLIVEIRA**  
**Prefeito Municipal**

**MUNICÍPIO DE TOLEDO / CNPJ: 18.677.617/0001-01**  
**Endereço: RUA PAPA JOÃO PAULO II, N°**  
**870, JDM DO LAGO, TOLEDO – MG.**  
**CEP 37.630-000 - Telefone: (35) 3436-1144 E-**  
**mail: licitacaotoledomg@gmail.com**

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PREGÃO ELETRÔNICO — SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA

### INTRODUÇÃO

O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP É O DOCUMENTO CONSTITUTIVO DA PRIMEIRA ETAPA DO PLANEJAMENTO DE UMA CONTRATAÇÃO, QUE CARACTERIZA O INTERESSE PÚBLICO ENVOLVIDO E A SUA MELHOR SOLUÇÃO. ELE SERVE DE BASE AO TERMO DE REFERÊNCIA A SER ELABORADO, CASO SE CONCLUA PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.

O ETP TEM POR OBJETIVO IDENTIFICAR E ANALISAR OS CENÁRIOS PARA O ATENDIMENTO DE DEMANDA REGISTRADA NO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD, BEM COMO DEMONSTRAR A VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DAS SOLUÇÕES IDENTIFICADAS, FORNECENDO AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA SUBSIDIAR A TOMADA DE DECISÃO E O PROSSEGUIMENTO DO RESPECTIVO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO.

**REFERÊNCIA: INCISO XI, DO ART. 2º E ART. 11 DA IN SGD/ME Nº 94/2022.**

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

<b>NÚMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO:</b>	A SER DEFINIDO / 2026
<b>CATEGORIA:</b>	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS
<b>MODALIDADE:</b>	PREGÃO ELETRÔNICO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)
<b>OBJETO:</b>	CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO/MG.

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A NECESSIDADE QUE DÁ CAUSA À PRESENTE CONTRATAÇÃO DECORRE DE DEMANDA FORMALIZADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, NA PESSOA DE SEU SECRETÁRIO, SR. JONAS GEOVANE DE AZEVEDO, A QUEM COMPETE A GESTÃO OPERACIONAL DA INFRAESTRUTURA MUNICIPAL E A CONDUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS ÀS OBRAS E AOS SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO/MG.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DEMANDA CONTINUAMENTE A REALIZAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA VIABILIZAR A EXECUÇÃO DE OBRAS E INTERVENÇÕES NO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, ABRANGENDO EDIFICAÇÕES, PAVIMENTAÇÃO, URBANIZAÇÃO, SANEAMENTO, ESTRUTURAS

E DEMAIS INFRAESTRUTURAS. SEM A PRÉVIA ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS COMPLETOS — ARQUITETÔNICOS, ESTRUTURAIS, ELÉTRICOS, HIDROSSANITÁRIOS, DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, ENTRE OUTROS — NÃO É POSSÍVEL CONTRATAR OBRAS COM SEGURANÇA TÉCNICA, JURÍDICA E ORÇAMENTÁRIA, EM CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DA LEI Nº 14.133/2021.

VERIFICA-SE, ASSIM, A NECESSIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE UM REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA, QUE PERMITA À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL CONTRATAR DE FORMA ÁGIL, CONTÍNUA E PLANIFICADA OS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DE FUTUROS PROCESSOS LICITATÓRIOS DE OBRAS, GARANTINDO EFICIÊNCIA, TRANSPARÊNCIA E ECONOMICIDADE NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DOS RECURSOS MUNICIPAIS.

### 3. ÁREA REQUISITANTE

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE	NOME DO RESPONSÁVEL
SECRETARIA DE OBRAS	JONAS GEOVANE DE AZEVEDO

### 4. NECESSIDADES DE NEGÓCIO

AS NECESSIDADES DE NEGÓCIO ASSOCIADAS À PRESENTE DEMANDA ESTÃO DIRETAMENTE RELACIONADAS AO ADEQUADO FUNCIONAMENTO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL E À GARANTIA DE CONDIÇÕES MATERIAIS MÍNIMAS PARA A EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOB RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE TOLEDO/MG, ESPECIALMENTE AQUELAS OPERACIONALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA APRESENTOU-SE COMO SOLUÇÃO ESTRATÉGICA E IMPRESCINDÍVEL, NA MEDIDA EM QUE O MUNICÍPIO REALIZA, DE FORMA CONTÍNUA E RECORRENTE, DEMANDAS POR SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS QUE PRECEDEM A EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS. A AUSÊNCIA DE UMA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS VIGENTE OBRIGA A ADMINISTRAÇÃO A INSTAURAR PROCESSOS LICITATÓRIOS INDIVIDUAIS PARA CADA PROJETO, GERANDO MOROSIDADE, SOBREPOSIÇÃO DE ESFORÇOS ADMINISTRATIVOS E RISCO DE DESCONTINUIDADE NAS AÇÕES DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE OBRAS.

DO PONTO DE VISTA DO NEGÓCIO PÚBLICO, A CONTRATAÇÃO PRETENDIDA BUSCA ASSEGURAR: (I) AGILIDADE NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS; (II) PREVISIBILIDADE DE PREÇOS REFERENCIAIS PARA AS DIVERSAS TIPOLOGIAS DE PROJETOS; (III) PADRONIZAÇÃO TÉCNICA E ADERÊNCIA ÀS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES; E (IV) ECONOMIA DE ESCALA E DE ESFORÇO ADMINISTRATIVO, PERMITINDO QUE A ADMINISTRAÇÃO RESPONDA COM EFICIÊNCIA ÀS DEMANDAS SURTIDAS AO LONGO DO EXERCÍCIO, EM CONSONÂNCIA COM O PRINCÍPIO DO PLANEJAMENTO, EXPRESSAMENTE CONSAGRADO NA LEI Nº 14.133/2021.

### 5. ESTIMATIVA DA DEMANDA — QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

A ESTIMATIVA DA DEMANDA RELACIONADA À PRESENTE CONTRATAÇÃO REFERE-SE À NECESSIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS PARA OS SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA DESCRITOS NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA, ABRANGENDO AS SEGUINTE CATEGORIAS DE SERVIÇOS:

ITEM	CATEGORIA DE SERVIÇO
1	PROJETOS ARQUITETÔNICOS (POR FAIXA DE ÁREA)
2	PROJETOS ELÉTRICOS (POR FAIXA DE ÁREA)

3	PROJETOS HIDRÁULICOS / HIDROSSANITÁRIOS (POR FAIXA DE ÁREA)
4	PROJETOS ESTRUTURAIS — CONCRETO E ESTRUTURA METÁLICA (POR FAIXA DE ÁREA)
5	PROJETOS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO — PPCI (POR FAIXA DE ÁREA)
6	PROJETOS COMPLEMENTARES E ESPECIAIS (CABEAMENTO, CFTV, ALARME, SPDA, AR CONDICIONADO, ENTRE OUTROS)
7	PROJETOS DE PAISAGISMO, URBANISMO E PAVIMENTAÇÃO
8	SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA — LAUDOS, ESTUDOS E VISTORIAS (POR HORA)
9	LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS E GEODÉSICOS

AS QUANTIDADES ESTIMADAS FORAM DEFINIDAS COM BASE NO HISTÓRICO DE DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E NA PROJEÇÃO DE NECESSIDADES PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, NÃO CONSTITUINDO OBRIGAÇÃO DE COMPRA POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM AS REGRAS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021 E NO DECRETO MUNICIPAL APLICÁVEL.

## 6. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES

O LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES FOI REALIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS A PARTIR DA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS PARA SUPRIR A NECESSIDADE IDENTIFICADA, CONSIDERANDO AS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO/MG, AS BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA E AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELA LEI Nº 14.133/2021.

INICIALMENTE, AVALIOU-SE A POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS POR SERVIDORES DO QUADRO PRÓPRIO DO MUNICÍPIO, MEDIANTE EQUIPE TÉCNICA INTERNA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA. ESSA ALTERNATIVA MOSTROU-SE INVIÁVEL EM RAZÃO DA INSUFICIÊNCIA DO QUADRO DE PESSOAL ESPECIALIZADO PARA ABSORVER A TOTALIDADE DAS DEMANDAS DE PROJETOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, TANTO EM QUANTIDADE QUANTO EM ABRANGÊNCIA DE ESPECIALIDADES TÉCNICAS EXIGIDAS.

CONSIDEROU-SE TAMBÉM A CONTRATAÇÃO AVULSA E INDIVIDUALIZADA PARA CADA PROJETO DEMANDADO, MEDIANTE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO ESPECÍFICO PARA CADA NECESSIDADE. EMBORA JURIDICAMENTE VIÁVEL, ESSA ALTERNATIVA MOSTROU-SE INEFICIENTE DO PONTO DE VISTA ADMINISTRATIVO E ECONÔMICO, POIS GERA MULTIPLICAÇÃO DE ESFORÇOS BUROCRÁTICOS, MAIOR MOROSIDADE E AUSÊNCIA DE PREÇOS REFERENCIAIS PADRONIZADOS PARA ORIENTAR A ADMINISTRAÇÃO.

POR FIM, ANALISOU-SE A ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MEDIANTE PREGÃO ELETRÔNICO, MODALIDADE QUE SE MOSTROU MAIS ADEQUADA, POR PERMITIR A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE PREÇOS DE REFERÊNCIA, A CONTRATAÇÃO ÁGIL MEDIANTE SIMPLES EMISSÃO DE ORDEM DE SERVIÇO, A PARTICIPAÇÃO DE MÚLTIPLOS FORNECEDORES E A OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA ECONOMICIDADE, DA EFICIÊNCIA E DO PLANEJAMENTO, EM ESTRITA CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021.

## 7. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

SOLUÇÃO ANALISADA	VANTAGENS	DESVANTAGENS / LIMITAÇÕES
<b>EXECUÇÃO POR EQUIPE TÉCNICA INTERNA</b>	SEM CUSTO DIRETO DE CONTRATAÇÃO; MAIOR CONTROLE INTERNO.	QUADRO INSUFICIENTE DE SERVIDORES ESPECIALIZADOS; LIMITAÇÃO DE ESPECIALIDADES TÉCNICAS; RISCO DE SOBRECARGA OPERACIONAL.
<b>CONTRATAÇÃO AVULSA POR PROCESSO LICITATÓRIO INDIVIDUAL</b>	JURIDICAMENTE VIÁVEL PARA DEMANDAS PONTUAIS E PREVISÍVEIS.	MOROSIDADE; MULTIPLICAÇÃO DE ESFORÇOS; AUSÊNCIA DE PREÇO

		REFERENCIAL; INEFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA.
<b>REGISTRO DE PREÇOS — PREGÃO ELETRÔNICO (SOLUÇÃO ADOTADA)</b>	AGILIDADE; PREÇOS REFERENCIAIS PADRONIZADOS; COMPETITIVIDADE; PLURALIDADE DE FORNECEDORES; ECONOMICIDADE; ALINHAMENTO COM A LEI Nº 14.133/2021.	EXIGE PLANEJAMENTO PRÉVIO E QUANTITATIVOS ESTIMADOS; ATA NÃO OBRIGA CONTRATAÇÃO.

A ANÁLISE COMPARATIVA DEMONSTRA QUE A ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS POR MEIO DE PREGÃO ELETRÔNICO REPRESENTA A ALTERNATIVA MAIS EQUILIBRADA, EFICIENTE E VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, REUNINDO MELHOR RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO, SEGURANÇA JURÍDICA E ALINHAMENTO COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA EFICIÊNCIA, DA ECONOMICIDADE, DA RAZOABILIDADE E DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO.

## 8. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

A ESTIMATIVA DO CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO FOI DEFINIDA A PARTIR DE PESQUISA DE PREÇOS REALIZADA PREVIAMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO, MEDIANTE OBTENÇÃO DE ORÇAMENTOS FORMAIS JUNTO A TRÊS EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA DEVIDAMENTE ATUANTES NO MERCADO, TODAS TENDO COMO REFERÊNCIA O MESMO CONJUNTO DE ITENS E QUANTITATIVOS DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA ELABORADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, O QUE ASSEGUROU PADRONIZAÇÃO DO ESCOPO, COMPARABILIDADE DAS PROPOSTAS E RESPEITO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO – MG

#### PLANILHA COMPARATIVA DE PREÇOS UNITÁRIOS — REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA

PESQUISA DE PREÇOS — ORÇAMENTOS COLETADOS EM ABRIL/2026

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND.	QTD. REF.	CNPJ:	CNPJ:	CNPJ:	MÉDIA (R\$ UNIT.)	MENOR PREÇO (R\$ UNIT.)
				53.365.242/0001-45	69.350.585/0001-76	64.367.537/0001-77		
				LC ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA (R\$ UNIT.)	PROJINSTE CONSTRUÇÕES LTDA (R\$ UNIT.)	ATLAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES CIVIS (R\$ UNIT.)		
<b>LOTE 1 - PROJETOS ARQUITETÔNICOS</b>								
1	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS (ÁREA: ATÉ 400,00 M²)	M²	5000	R\$ 40,17	R\$ 42,00	R\$ 44,00	<b>R\$ 42,06</b>	<b>R\$ 40,17</b>
2	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS (ÁREA: 400,01M² ATÉ 600,00M²)	M²	5000	R\$ 38,34	R\$ 41,20	R\$ 40,00	<b>R\$ 39,85</b>	<b>R\$ 38,34</b>
3	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS (ÁREA: 600,01M² ATÉ 1.000,00M²)	M²	5000	R\$ 36,52	R\$ 38,00	R\$ 35,00	<b>R\$ 36,51</b>	<b>R\$ 35,00</b>
4	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS (ÁREA: ACIMA DE 1.000,01M²)	M²	5000	R\$ 34,69	R\$ 36,00	R\$ 31,00	<b>R\$ 33,90</b>	<b>R\$ 31,00</b>
<b>LOTE 2 - PROJETOS ELÉTRICOS</b>								
5	ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO (ÁREA: ATÉ 400,00M²)	M²	5000	R\$ 16,37	R\$ 19,00	R\$ 22,50	<b>R\$ 19,29</b>	<b>R\$ 16,37</b>
6	ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO (ÁREA: 400,01M² ATÉ 600,00M²)	M²	5000	R\$ 15,62	R\$ 17,00	R\$ 20,00	<b>R\$ 17,54</b>	<b>R\$ 15,62</b>

7	ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO (ÁREA: 600,01M² ATÉ 1.000M²)	M²	5000	R\$ 14,88	R\$ 16,00	R\$ 17,50	R\$ 16,13	R\$ 14,88
8	ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO (ÁREA: ACIMA DE 1.000,01M²)	M²	5000	R\$ 14,14	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 14,71	R\$ 14,14
<b>LOTE 3 - PROJETOS HIDRÁULICOS / HIDROSSANITÁRIOS</b>								
9	ELABORAÇÃO DE PROJETO HIDRÁULICO/HIDROSSANITÁRIOS (ÁREA: ATÉ 400,00M²)	M²	5000	R\$ 15,13	R\$ 17,00	R\$ 20,00	R\$ 17,38	R\$ 15,13
10	ELABORAÇÃO DE PROJETO HIDRÁULICO/HIDROSSANITÁRIOS (ÁREA: 400,01M² ATÉ 600,00M²)	M²	5000	R\$ 14,44	R\$ 16,00	R\$ 17,50	R\$ 15,98	R\$ 14,44
11	ELABORAÇÃO DE PROJETO HIDRÁULICO/HIDROSSANITÁRIOS (ÁREA: 600,01M² ATÉ 1.000M²)	M²	5000	R\$ 13,75	R\$ 14,50	R\$ 15,00	R\$ 14,42	R\$ 13,75
12	ELABORAÇÃO DE PROJETO HIDRÁULICO/HIDROSSANITÁRIOS (ÁREA: ACIMA DE 1.000,01M²)	M²	5000	R\$ 13,06	R\$ 14,00	R\$ 12,50	R\$ 13,19	R\$ 12,50
<b>LOTE 4 - PROJETOS ESTRUTURAIS (CONCRETO)</b>								
13	ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL DE ESTRUTURA DE CONCRETO (ÁREA: ATÉ 400,00M²)	M²	5000	R\$ 24,46	R\$ 26,00	R\$ 27,50	R\$ 25,99	R\$ 24,46
14	ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL DE ESTRUTURA DE CONCRETO (ÁREA: 400,01M² ATÉ 600,00M²)	M²	5000	R\$ 23,35	R\$ 25,00	R\$ 25,00	R\$ 24,45	R\$ 23,35
15	ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL DE ESTRUTURA DE CONCRETO (ÁREA: 600,01 ATÉ 1.000,00M²)	M²	5000	R\$ 22,24	R\$ 24,00	R\$ 22,50	R\$ 22,91	R\$ 22,24
16	ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL DE ESTRUTURA DE CONCRETO (ÁREA: ACIMA DE 1.000,01M²)	M²	5000	R\$ 21,15	R\$ 23,00	—	R\$ 22,08	R\$ 21,15
<b>LOTE 5 - PROJETOS ESTRUTURAIS (METÁLICA)</b>								
17	ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL DE ESTRUTURA METÁLICA (ÁREA: ATÉ 400,00M²)	M²	5000	R\$ 20,21	R\$ 22,00	R\$ 32,50	R\$ 24,90	R\$ 20,21
18	ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL DE ESTRUTURA METÁLICA (ÁREA: 400,01M² ATÉ 600,00M²)	M²	5000	R\$ 19,29	R\$ 21,00	R\$ 30,00	R\$ 23,43	R\$ 19,29
19	ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL DE ESTRUTURA METÁLICA (ÁREA: 600,01 ATÉ 1.000,00M²)	M²	5000	R\$ 18,37	R\$ 20,00	R\$ 27,50	R\$ 21,96	R\$ 18,37
20	ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL DE ESTRUTURA METÁLICA (ÁREA: ACIMA DE 1.000,01M²)	M²	5000	R\$ 17,45	R\$ 18,00	R\$ 25,00	R\$ 20,15	R\$ 17,45
<b>LOTE 6 - PROJETOS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO (PPCI)</b>								
21	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO (ÁREA: ATÉ 400M²)	M²	5000	R\$ 4,16	R\$ 6,00	R\$ 15,00	R\$ 8,39	R\$ 4,16
22	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO (ÁREA: 400,01M² ATÉ 600,00M²)	M²	5000	R\$ 3,97	R\$ 5,00	R\$ 12,50	R\$ 7,16	R\$ 3,97
23	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO (ÁREA: 600,01M² ATÉ 1.000M²)	M²	5000	R\$ 3,78	R\$ 4,50	R\$ 12,00	R\$ 6,76	R\$ 3,78
24	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO (ÁREA: ACIMA DE 1.000,01M²)	M²	5000	R\$ 3,59	R\$ 4,00	R\$ 10,00	R\$ 5,86	R\$ 3,59
<b>LOTE 7 - PROJETOS COMPLEMENTARES E ESPECIAIS</b>								
25	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO	M²	5000	R\$ 7,43	R\$ 9,00	R\$ 11,00	R\$ 9,14	R\$ 7,43
26	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE CFTV	M²	5000	R\$ 2,20	R\$ 4,00	R\$ 11,00	R\$ 5,73	R\$ 2,20
27	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ALARME	M²	5000	R\$ 1,47	R\$ 3,00	R\$ 11,00	R\$ 5,16	R\$ 1,47

28	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SEGURANÇA	M²	5000	R\$ 5,32	R\$ 6,00	R\$ 11,00	R\$ 7,44	R\$ 5,32
29	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SONORIZAÇÃO	M²	5000	R\$ 2,05	R\$ 3,00	R\$ 11,00	R\$ 5,35	R\$ 2,05
30	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SPDA	M²	5000	R\$ 3,78	R\$ 5,00	R\$ 11,00	R\$ 6,59	R\$ 3,78
31	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE AQUECIMENTO SOLAR	M²	5000	R\$ 2,88	R\$ 4,00	R\$ 11,00	R\$ 5,96	R\$ 2,88
32	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ACÚSTICA	M²	5000	R\$ 3,60	R\$ 4,00	R\$ 11,00	R\$ 6,20	R\$ 3,60
33	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE LUMINOTÉCNICO	M²	5000	R\$ 3,78	R\$ 4,60	R\$ 11,00	R\$ 6,46	R\$ 3,78
34	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE AR CONDICIONADO	M²	5000	R\$ 5,99	R\$ 7,00	R\$ 11,00	R\$ 8,00	R\$ 5,99
35	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE VENTILAÇÃO	M²	5000	R\$ 5,99	R\$ 7,00	R\$ 11,00	R\$ 8,00	R\$ 5,99
36	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO	M²	5000	R\$ 5,99	R\$ 7,20	R\$ 11,00	R\$ 8,06	R\$ 5,99
37	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE GLP	M²	5000	R\$ 1,22	R\$ 2,00	R\$ 11,00	R\$ 4,74	R\$ 1,22

#### LOTE 8 - PROJETOS DE PAISAGISMO, URBANISMO E PAVIMENTAÇÃO

38	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PAISAGISMO/URBANÍSTICOS ÁREA ATÉ 1.000,00M²	M²	10000	R\$ 5,84	R\$ 6,00	R\$ 7,50	R\$ 6,45	R\$ 5,84
39	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PAISAGISMO/URBANÍSTICOS ÁREA ACIMA DE 1.000,01M²	M²	10000	R\$ 5,55	R\$ 7,00	R\$ 7,00	R\$ 6,52	R\$ 5,55
40	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO, URBANIZAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE VIAS	M²	10000	R\$ 11,54	R\$ 12,00	R\$ 9,00	R\$ 10,85	R\$ 9,00
41	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	M²	10000	R\$ 5,84	R\$ 6,00	R\$ 7,50	R\$ 6,45	R\$ 5,84
42	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECAPEAMENTO	M²	10000	R\$ 4,68	R\$ 5,00	R\$ 7,00	R\$ 5,56	R\$ 4,68

#### LOTE 9 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA

43	SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE LAUDOS, ESTUDOS TÉCNICOS, VISTORIAS, MAPEAMENTO AÉREO, PROJETOS ESPECÍFICOS E OUTRAS ATIVIDADES RELACIONADAS A SERVIÇOS DE ENGENHARIA	HORA	2000	R\$ 220,00	R\$ 260,00	R\$ 180,00	R\$ 220,00	R\$ 180,00
----	---	------	------	------------	------------	------------	------------	------------

#### LOTE 10 - LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS E GEODÉSICOS

44	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL - TERRENO ATÉ 2.000M²	UND.	50	R\$ 4.900,00	R\$ 5.200,00	R\$ 1.500,00	R\$ 3.866,67	R\$ 1.500,00
45	DEMARCAÇÃO DE TERRENOS, ESTAKEAMENTOS, NIVELAMENTOS - TERRENO ATÉ 2.000M²	UND.	50	R\$ 3.900,00	R\$ 4.200,00	R\$ 1.125,00	R\$ 3.075,00	R\$ 1.125,00
46	LOCAÇÃO DE OBRAS	DIÁRIA	30	R\$ 1.500,00	R\$ 1.800,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.433,33	R\$ 1.000,00
47	SERVIÇOS DE AGRIMENSURA/TOPOGRAFIA	HORA	1000	R\$ 190,00	R\$ 220,00	R\$ 160,00	R\$ 190,00	R\$ 160,00
48	DESMEMBRAMENTOS	M²	3000	R\$ 2,30	R\$ 2,50	R\$ 12,00	R\$ 5,60	R\$ 2,30

49	GEORREFERENCIAMENTO DE ÁREAS	M <sup>2</sup>	3000	R\$ 4,80	R\$ 5,30	R\$ 15,00	R\$ 8,37	R\$ 4,80
----	------------------------------	----------------	------	----------	----------	-----------	----------	----------

<b>TOTAIS GLOBAIS (QTD. REF. × PREÇO UNIT.)</b>				R\$ 3.974.950,00	R\$ 4.397.400,00	R\$ 4.504.750,00	R\$ 4.329.158,33	R\$ 3.486.950,00
---	--	--	--	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

LEGENDA	
<b>COLUNA MÉDIA (VERDE):</b>	MÉDIA ARITMÉTICA DOS PREÇOS UNITÁRIOS COLETADOS ENTRE OS 3 FORNECEDORES. VALOR ADOTADO COMO REFERÊNCIA PARA O REGISTRO DE PREÇOS.
<b>COLUNA MENOR PREÇO (AMARELO):</b>	MENOR PREÇO UNITÁRIO ENTRE OS FORNECEDORES PESQUISADOS.
<b>— (TRAÇO):</b>	ITEM NÃO COTADO PELO FORNECEDOR; EXCLUÍDO DO CÁLCULO DA MÉDIA.
<b>FONTE — LC ENGENHARIA:</b>	CNPJ 53.365.242/0001-45   BRAGANÇA PAULISTA – SP
<b>FONTE — PROJINSTE CONSTRUÇÕES LTDA:</b>	CNPJ 69.350.585/0001-76   BRAGANÇA PAULISTA – SP
<b>FONTE — ATLAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES CIVIS:</b>	CNPJ 64.367.537/0001-77   DATA: 07/04/2026

DIANTE DOS VALORES OBTIDOS NA PESQUISA DE PREÇOS, A ADMINISTRAÇÃO ADOTOU COMO ESTIMATIVA DE CUSTO PARA O REGISTRO DE PREÇOS O VALOR MÉDIO APURADO ENTRE AS TRÊS COTAÇÕES, REPRESENTANDO REFERENCIAL ADEQUADO, COMPATÍVEL COM OS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO E PROPORCIONAL À COMPLEXIDADE E À ABRANGÊNCIA DO OBJETO.

RESSALTA-SE QUE, NO ÂMBITO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, O VALOR ESTIMADO CONSTITUI REFERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA PARA FINS DE PLANEJAMENTO E CONTROLE, NÃO IMPLICANDO OBRIGAÇÃO DE EXECUÇÃO INTEGRAL DOS QUANTITATIVOS PREVISTOS, OS QUAIS SERÃO CONTRATADOS NA MEDIDA DA EFETIVA NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO, DENTRO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A DESPESA DECORRENTE DA PRESENTE CONTRATAÇÃO ENCONTRA RESPALDO NAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, A SEREM INDICADAS NO MOMENTO DA FORMALIZAÇÃO DAS RESPECTIVAS ORDENS DE SERVIÇO.

## 9. JUSTIFICATIVA ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A JUSTIFICATIVA ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO ADOTADA FUNDAMENTA-SE NA BUSCA DA ALTERNATIVA QUE MELHOR CONCILIA A SATISFAÇÃO DA NECESSIDADE PÚBLICA COM A UTILIZAÇÃO RACIONAL E RESPONSÁVEL DOS RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ECONOMICIDADE, DA EFICIÊNCIA E DA RAZOABILIDADE.

A ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA REPRESENTA MEDIDA ECONOMICAMENTE VANTAJOSA, PORQUANTO: (I) ELIMINA A NECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE MÚLTIPLOS E SUCESSIVOS PROCESSOS LICITATÓRIOS PARA CADA PROJETO DEMANDADO AO LONGO DO EXERCÍCIO, REDUZINDO CUSTOS ADMINISTRATIVOS E TEMPO DE RESPOSTA; (II) GARANTE PREÇOS REFERENCIAIS COMPETITIVOS, OBTIDOS MEDIANTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, COM AMPLA PARTICIPAÇÃO DE MERCADO; (III) CONFERE À ADMINISTRAÇÃO FLEXIBILIDADE PARA CONTRATAR APENAS AS QUANTIDADES EFETIVAMENTE NECESSÁRIAS, SEM OBRIGAÇÃO DE ABSORÇÃO INTEGRAL DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS; E (IV) PERMITE A COMPARAÇÃO PERMANENTE DE PREÇOS AO LONGO DA VIGÊNCIA DA ATA, ASSEGURANDO CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO SEMPRE FAVORÁVEIS AO ERÁRIO.

A PESQUISA DE PREÇOS REALIZADA DEMONSTROU QUE O VALOR ESTIMADO PARA O REGISTRO DE PREÇOS ENCONTRA-SE COMPATÍVEL COM OS PRATICADOS NO MERCADO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, O

QUE REFORÇA A ADEQUAÇÃO DA SOLUÇÃO SOB O ASPECTO CUSTO-BENEFÍCIO. A OPÇÃO PELO REGISTRO DE PREÇOS EVITA A CONTRATAÇÃO PRECIPITADA E SUPERDIMENSIONADA, PERMITINDO À ADMINISTRAÇÃO CONTRATAR EXATAMENTE O NECESSÁRIO, NO MOMENTO NECESSÁRIO, COM O PREÇO PREVIAMENTE VALIDADO PELO MERCADO.

## 10. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

OS BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO PRETENDIDA SÃO AMPLOS E DIRETAMENTE RELACIONADOS AO FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO/MG, BEM COMO À MELHORIA DA QUALIDADE E DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS À POPULAÇÃO. ENTRE OS PRINCIPAIS BENEFÍCIOS IDENTIFICADOS, DESTACAM-SE:

A)	AGILIDADE NA CONTRATAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS, MEDIANTE SIMPLES EMISSÃO DE ORDEM DE SERVIÇO COM BASE NOS PREÇOS REGISTRADOS, DISPENSANDO NOVO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA CADA DEMANDA;
B)	PREVISIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E PLANEJAMENTO EFICIENTE DAS OBRAS MUNICIPAIS, COM BASE EM PROJETOS TÉCNICOS COMPLETOS E BEM DEFINIDOS;
C)	REDUÇÃO DO RISCO DE ADITIVOS CONTRATUAIS, RETRABALHOS E PARALISAÇÕES DE OBRAS, DECORRENTES DE PROJETOS INCOMPLETOS OU MAL ELABORADOS;
D)	FORTALECIMENTO DA TRANSPARÊNCIA E DA COMPETITIVIDADE NOS FUTUROS PROCESSOS LICITATÓRIOS DE OBRAS, A PARTIR DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS CONSISTENTES E COMPATIBILIZADOS;
E)	CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS LEGAIS DA LEI Nº 14.133/2021, QUE DEMANDA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS COMO CONDIÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE OBRAS;
F)	CONTRIBUIÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E PARA A SUSTENTABILIDADE DAS AÇÕES DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO.

## 11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

AS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, NO ÂMBITO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO, CONSISTEM NA ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS, TÉCNICAS E JURÍDICAS NECESSÁRIAS À ADEQUADA INSTRUÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS E À CORRETA EXECUÇÃO DAS FUTURAS ORDENS DE SERVIÇO, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021 E COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS QUE REGEM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

INICIALMENTE, SERÁ CONCLUÍDA A ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, DEFININDO COM PRECISÃO O OBJETO, AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO, OS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, AS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E AS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO. NA SEQUÊNCIA, SERÁ INSTAURADO O PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, COM PUBLICAÇÃO DO EDITAL E DO AVISO DE LICITAÇÃO NOS MEIOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO, ASSEGURANDO AMPLA PUBLICIDADE, ISONOMIA E COMPETITIVIDADE.

APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME E A ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, SERÃO DESIGNADOS O GESTOR E O FISCAL DA ATA, CABENDO AO GESTOR ACOMPANHAR A VIGÊNCIA DO REGISTRO E AO FISCAL VERIFICAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TÉCNICAS E CONTRATUAIS NAS ORDENS DE SERVIÇO EMITIDAS. A ADMINISTRAÇÃO PROVIDENCIARÁ O ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, O RECEBIMENTO DOS PRODUTOS CONTRATADOS E A REALIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS CONFORME AS CONDIÇÕES PACTUADAS, ASSEGURANDO CONTROLE, RASTREABILIDADE E OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA EFICIÊNCIA, DA PUBLICIDADE E DA RESPONSABILIDADE NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS.

## 12. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A PRESENTE CONTRATAÇÃO ENCONTRA-SE DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NO ORDENAMENTO JURÍDICO VIGENTE, EM ESPECIAL NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E NA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, QUE INSTITUIU O NOVO REGIME JURÍDICO DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

SOB A ÓTICA CONSTITUCIONAL, A ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PAUTA-SE PELO DEVER DE OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA, PREVISTOS NO ART. 37, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, BEM COMO PELOS PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS DA ECONOMICIDADE, DO PLANEJAMENTO, DA RAZOABILIDADE, DA PROPORCIONALIDADE E DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO.

NO PLANO INFRACONSTITUCIONAL, A CONTRATAÇÃO MEDIANTE PREGÃO ELETRÔNICO PARA FORMAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AMPARA-SE NOS ARTS. 28, INCISO I, 82 A 86 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE DISCIPLINAM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, E NA REGULAMENTAÇÃO FEDERAL CORRELATA. A ELABORAÇÃO PRÉVIA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E DO TERMO DE REFERÊNCIA OBSERVA O DISPOSTO NOS ARTS. 18 E 20 DA REFERIDA LEI, REFORÇANDO O PRINCÍPIO DO PLANEJAMENTO E A NECESSIDADE DE DEFINIÇÃO CLARA DO OBJETO COMO PRESSUPOSTO DE CONTRATAÇÕES EFICIENTES. ADEMAIS, O PROCEDIMENTO OBSERVA O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO SENTIDO DE QUE A CONTRATAÇÃO PÚBLICA DEVE SER PRECEDIDA DE AMPLA MOTIVAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E DEMONSTRAÇÃO DE ECONOMICIDADE.

## 13. ANÁLISE DE RISCOS E MÉTODOS DE MITIGAÇÃO

RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE / IMPACTO	MÉTODO DE MITIGAÇÃO
<b>INADEQUAÇÃO TÉCNICA DOS PROJETOS ELABORADOS</b>	MÉDIA / ALTO	EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO TÉCNICA DOS RESPONSÁVEIS; EMISSÃO DE ART/RRT; FISCALIZAÇÃO CONTÍNUA PELO FISCAL DESIGNADO; CRITÉRIOS TÉCNICOS CLAROS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
<b>DESCUMPRIMENTO DE PRAZOS NA ENTREGA DOS SERVIÇOS</b>	MÉDIA / MÉDIO	PRAZOS CONTRATUAIS CLAROS E OBJETIVOS; MECANISMOS DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO; PREVISÃO DE PENALIDADES POR MORA E INEXECUÇÃO.
<b>INCOMPATIBILIZAÇÃO ENTRE DISCIPLINAS DE PROJETO</b>	BAIXA / ALTO	EXIGÊNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA COMPATIBILIZAÇÃO; VERIFICAÇÃO PELO FISCAL NA ENTREGA DE CADA PRODUTO.
<b>VARIAÇÃO DE PREÇOS AO LONGO DA VIGÊNCIA DA ATA</b>	MÉDIA / MÉDIO	PREVISÃO DE MECANISMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E POSSIBILIDADE DE REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS, CONFORME LEGISLAÇÃO.
<b>QUESTIONAMENTOS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>	BAIXA / MÉDIO	ROBUSTA INSTRUÇÃO PROCESSUAL; REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS; MOTIVAÇÃO EXPRESSA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO; TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE DO PROCEDIMENTO.

## 14. IMPACTOS AMBIENTAIS

NÃO SE APLICA. OS SERVIÇOS OBJETO DO PRESENTE REGISTRO DE PREÇOS CONSISTEM EXCLUSIVAMENTE EM ATIVIDADES INTELECTUAIS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS, LAUDOS E ESTUDOS DE ENGENHARIA E

ARQUITETURA, SEM ENVOLVER EXECUÇÃO DE OBRAS OU INTERVENÇÕES FÍSICAS NO MEIO AMBIENTE, RAZÃO PELA QUAL NÃO SE IDENTIFICAM IMPACTOS AMBIENTAIS DIRETOS DECORRENTES DA PRESENTE CONTRATAÇÃO.

## 15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A PRESENTE CONTRATAÇÃO REVELA-SE PLENAMENTE VIÁVEL SOB OS ASPECTOS TÉCNICO, ECONÔMICO E JURÍDICO, À LUZ DAS ANÁLISES REALIZADAS NO ÂMBITO DESTES ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E DA DOCUMENTAÇÃO QUE O INSTRUI.

DO PONTO DE VISTA TÉCNICO, RESTOU DEMONSTRADO QUE OS SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA SÃO CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA A ADEQUADA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO/MG, ASSEGURANDO FUNCIONALIDADE, SEGURANÇA, CONFORMIDADE NORMATIVA E ATENDIMENTO ÀS REAIS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

SOB O ASPECTO ECONÔMICO, A PESQUISA DE PREÇOS EVIDENCIOU COMPATIBILIDADE DOS VALORES OBTIDOS COM OS PRATICADOS NO MERCADO REGIONAL DE ENGENHARIA, GARANTINDO RACIONALIDADE NO USO DOS RECURSOS PÚBLICOS E OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE. A ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DEMONSTROU-SE COMO A SOLUÇÃO DE MELHOR CUSTO-BENEFÍCIO PARA A ADMINISTRAÇÃO.

NO CAMPO JURÍDICO, A CONTRATAÇÃO ENCONTRA AMPARO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI Nº 14.133/2021, ESTANDO DEVIDAMENTE MOTIVADA, INSTRUÍDA E ALINHADA ÀS ORIENTAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE. DIANTE DISSO, DECLARA-SE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA, POR ATENDER AO INTERESSE PÚBLICO, AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS QUE REGEM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÀS EXIGÊNCIAS LEGAIS APLICÁVEIS.

## 16. RESPONSÁVEIS

OS RESPONSÁVEIS PELA PRESENTE DEMANDA E PELA CONDUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO ENCONTRAM-SE DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS, EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA, DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES E DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA.

FUNÇÃO	IDENTIFICAÇÃO
ÁREA REQUISITANTE / DEMANDANTE	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS — JONAS GEOVANE DE AZEVEDO (SECRETÁRIO)
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS — JONAS GEOVANE DE AZEVEDO
GESTOR DO CONTRATO / ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	MATHEUS LUIZ AUGUSTO ALVES
FISCAL DO CONTRATO / ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	A SER DESIGNADO FORMALMENTE NO ATO DE ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

## 17. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A PRESENTE APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE CONSUBSTANCIA O RECONHECIMENTO FORMAL DE QUE O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR FOI ELABORADO DE MANEIRA REGULAR, CONSISTENTE E ALINHADA ÀS NECESSIDADES REAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, ATENDENDO ÀS EXIGÊNCIAS LEGAIS, TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS À MATÉRIA.

DECLARA-SE QUE O CONTEÚDO DESTA ESTUDO OBSERVA OS PRECEITOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM ESPECIAL OS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA, BEM COMO OS PRINCÍPIOS DO PLANEJAMENTO, DA ECONOMICIDADE E DA MOTIVAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, QUE ORIENTAM A ATUAÇÃO RESPONSÁVEL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

DECLARA-SE, AINDA, QUE O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ENCONTRA-SE EM PLENA CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, TENDO SIDO DEVIDAMENTE INSTRUÍDO COM A IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE, A ANÁLISE DAS SOLUÇÕES POSSÍVEIS, A ESTIMATIVA DE CUSTOS, A AVALIAÇÃO DE RISCOS E A DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO, FORNECENDO BASE TÉCNICA E JURÍDICA SUFICIENTE PARA O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO PARA FORMAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

COM ISSO, A ADMINISTRAÇÃO RECONHECE A CONFORMIDADE DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E AUTORIZA O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO, EM OBSERVÂNCIA ÀS NORMAS LEGAIS VIGENTES E AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS QUE REGEM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

---

**JONAS GEOVANE DE AZEVEDO**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS**

ÓRGÃO DEMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE TOLEDO/MG

## Anexo II – TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA - LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

#### 1. OBJETO:

O objeto do presente Termo de Referência é o Registro de Preços para contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de arquitetura e engenharia destinados à Secretaria Municipal de Obras do Município de Toledo/MG, em conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas neste instrumento, observadas as normas da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

#### 2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

##### 2.1 DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

##### PROJETOS ARQUITETÔNICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND.
1	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS (ÁREA: ATÉ 400,00 M <sup>2</sup> )	5.000	M <sup>2</sup>
2	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS (ÁREA: 400,01 M <sup>2</sup> ATÉ 600,00 M <sup>2</sup> )	5.000	M <sup>2</sup>
3	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS (ÁREA: 600,01 M <sup>2</sup> ATÉ 1.000,00 M <sup>2</sup> )	5.000	M <sup>2</sup>
4	ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS (ÁREA: ACIMA DE 1.000,01 M <sup>2</sup> )	5.000	M <sup>2</sup>

##### PROJETOS ELÉTRICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND.
1	ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO (ÁREA: ATÉ 400,00 M <sup>2</sup> )	5.000	M <sup>2</sup>
2	ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO (ÁREA: 400,01 M <sup>2</sup> ATÉ 600,00 M <sup>2</sup> )	5.000	M <sup>2</sup>
3	ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO (ÁREA: 600,01 M <sup>2</sup> ATÉ 1.000 M <sup>2</sup> )	5.000	M <sup>2</sup>

4	ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO (ÁREA: ACIMA DE 1.000,01 M <sup>2</sup> )	5.000	M <sup>2</sup>
---	--	-------	----------------

### PROJETOS HIDRÁULICOS/HIDROSSANITÁRIOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND.
1	ELABORAÇÃO DE PROJETO HIDRÁULICO/HIDROSSANITÁRIOS (ÁREA: ATÉ 400,00 M <sup>2</sup> )	5.000	M <sup>2</sup>
2	ELABORAÇÃO DE PROJETO HIDRÁULICO/HIDROSSANITÁRIOS (ÁREA: 400,01 M <sup>2</sup> ATÉ 600,00 M <sup>2</sup> )	5.000	M <sup>2</sup>
3	ELABORAÇÃO DE PROJETO HIDRÁULICO/HIDROSSANITÁRIOS (ÁREA: 600,01 M <sup>2</sup> ATÉ 1.000 M <sup>2</sup> )	5.000	M <sup>2</sup>
4	ELABORAÇÃO DE PROJETO HIDRÁULICO/HIDROSSANITÁRIOS (ÁREA: ACIMA DE 1.000,01 M <sup>2</sup> )	5.000	M <sup>2</sup>

### PROJETO ESTRUTURAL

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND.
1	ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL DE ESTRUTURA DE CONCRETO (ÁREA: ATÉ 400,00M <sup>2</sup> )	5.000	M <sup>2</sup>
2	ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL DE ESTRUTURA DE CONCRETO (ÁREA: 400,01 M <sup>2</sup> ATÉ 600,00M <sup>2</sup> )	5.000	M <sup>2</sup>
3	ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL DE ESTRUTURA DE CONCRETO (ÁREA: 600,01 M <sup>2</sup> ATÉ 1.000,00 M <sup>2</sup> )	5.000	M <sup>2</sup>
4	ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL DE ESTRUTURA METÁLICA (ÁREA: ATÉ 400,00 M <sup>2</sup> )	5.000	M <sup>2</sup>
5	ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL DE ESTRUTURA METÁLICA (ÁREA: 400,01 M <sup>2</sup> ATÉ 600,00 M <sup>2</sup> )	5.000	M <sup>2</sup>
6	ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL DE ESTRUTURA METÁLICA (ÁREA: 600,01 ATÉ 1.000,00 M <sup>2</sup> )	5.000	M <sup>2</sup>
7	ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL DE ESTRUTURA METÁLICA (ÁREA: ACIMA DE 1.000,01 M <sup>2</sup> )	5.000	M <sup>2</sup>

### PROJETOS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND.
------	-----------	--------	------

1	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO (ÁREA: ATÉ 400 M²)	5.000	M²
2	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO (ÁREA: 400,01 M² ATÉ 600,00 M²)	5.000	M²
3	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO (ÁREA: 600,01 M² ATÉ 1.000,00 M²)	5.000	M²
4	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO (ÁREA: ACIMA DE 1.000,01 M²)	5.000	M²

**PROJETOS DE SONORIZAÇÃO, SPDA, VENTILAÇÃO, CLIMATIZAÇÃO, AQUECIMENTO, GLP, CFTV E OUTROS**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND.
1	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO	5.000	M²
2	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE CFTV	5.000	M²
3	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ALARME	5.000	M²
4	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SEGURANÇA	5.000	M²
5	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SONORIZAÇÃO	5.000	M²
6	ELABORAÇÃO DE PROJETO SPDA	5.000	M²
7	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE AQUECIMENTO SOLAR	5.000	M²
8	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ACÚSTICA	5.000	M²
9	ELABORAÇÃO DE PROJETO LUMINOTÉCNICO	5.000	M²
10	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE AR CONDICIONADO	5.000	M²
11	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE VENTILAÇÃO	5.000	M²
12	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO	5.000	M²
13	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE GLP	5.000	M²

**PROJETO DE INFRAESTRUTURA URBANA E PAISAGISMO**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND.
1	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PROJETO DE PAISAGISMO /URBANÍSTICOS (ÁREA: ATÉ 1.000,00 M²)	10.000	M²
2	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PROJETO DE PAISAGISMO /URBANÍSTICOS (ÁREA: ACIMA DE 1.000,01 M²)	10.000	M²

3	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO, URBANIZAÇÃO E SINALIZAÇÃO DE VIAS	10.000	M²
4	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	10.000	M²
5	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECAPEAMENTO	10.000	M²

### SERVIÇOS DE ENGENHARIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND.
1	SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE LAUDOS, ESTUDOS TÉCNICOS, VISTORIAS, MAPEAMENTO AÉREO, PROJETOS ESPECÍFICOS E OUTRAS ATIVIDADES RELACIONADAS À SERVIÇOS DE ENGENHARIA	2.000	HORA

### SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND.
1	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL - TERRENO ATÉ 2.000 M²	50	UND.
2	DEMARCAÇÃO DE TERRENOS, ESTAQUEAMENTOS, NIVELAMENTOS - TERRENO (ÁREA: ATÉ 2.000M²)	50	UND.
3	LOCAÇÃO DE OBRAS	30	DIÁRIA
4	SERVIÇOS DE AGRIMENSURA/TOPOGRAFIA	1.000	HORA
5	DESMEMBRAMENTOS	3.000	M²
6	GEORREFERENCIAMENTO DE ÁREAS	3.000	M²

## 2.2- PRAZO DE VIGÊNCIA

2.2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa,

autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

Quando o instrumento contratual for substituído por emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, a minuta do contrato será parte integrante destes instrumentos para fins de observância dos requisitos previstos no art. 92 nova lei.

O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

### **3 - DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "B", DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

3.1 - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **4.1- Sustentabilidade**

Os requisitos da contratação relacionados a sustentabilidade encontram-se pormenorizado em tópico específico do(s) Estudo(s) Técnico(s) Preliminar(es), apêndice deste Termo de Referência.

Registre-se que, eventual exigência de documentação de habilitação técnica e econômica, será tratado no tópico específico deste TR (CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR) de modo que sua inclusão aqui seria redundante.

#### **4.2 - Indicação de marcas ou modelos (41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)**

4.3 Na presente contratação NÃO será indicado marcas, características ou modelo(s).

#### **4.4 - Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.4.1- Para a contratação do objeto não haverá vedação ou restrições com relação ao emprego de marca ou produto de bens empregados em sua execução.

#### **4.5- Da exigência de carta de solidariedade**

4.5.1- Não será exigido Carta de Solidariedade emitida pelo fabricante.

#### **4.6- Subcontratação**

4.6.1- Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **4.7- Garantia da contratação**

4.7.1- Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **4.8- Da exigência de amostra:**

4.8.1- Não haverá exigência de amostra.

### **5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.2- CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

5.2.1 - O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 30 dias, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em remessa única ou em quantitativo especificado pelo Contratante.

5.2.2 - Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2.3 - Os bens deverão ser entregues na Sede Prefeitura Municipal de Cláudio – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

### **5.3- Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.3.1 - O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **5.4- RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

5.4.1 - Prestar os serviços indicados de forma satisfatória aos interesses da CONTRATANTE, obedecidas todas as especificações constantes deste Termo de Referência.

5.4.2 - Encaminhar ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, relatório circunstanciado e atualizado da execução dos serviços.

5.4.3 - Não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, o instrumento de contrato, sem o prévio e expreso consentimento do CONTRATANTE, ressalvado o direito de contratar técnicos e/ou especialistas, pessoas físicas ou jurídicas, para otimização dos serviços contratados e rápido alcance dos objetivos definidos na contratação.

5.4.4 - Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da prestação dos serviços, de forma a eximir a CONTRATANTE de quaisquer ônus e responsabilidades.

5.4.5 - Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive por atos praticados por seus empregados ou contratados, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da CONTRATANTE.

5.4.6 - Executar os serviços dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados.

5.4.7 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e regularidade fiscal exigidas na licitação.

5.4.8 - Manter sigilo sobre as informações trocadas e geradas durante a execução das atividades contratadas, não revelando e nem transmitindo, direta ou indiretamente, as informações trocadas a terceiros, que não estejam envolvidos no desenvolvimento do objeto

contratual.



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

- 5.4.9 - Executar dentro da melhor técnica os serviços contratados, e garantir que os serviços fornecidos estejam conforme solicitado pela Prefeitura Municipal.
- 5.4.10 - Entregar os produtos dentro dos padrões de qualidade exigidos neste termo de referência.
- 5.4.11 - Os projetos de construção, reforma, recapeamento, pavimentação e ampliação, fica por conta da contratada sem nenhum ônus para o município, as informações de levantamento do terreno, tais: volume de água, sondagem, topografia, registro do imóvel, dentre outros.
- 5.4.12 - Os projetos vinculados ao convênio, será de inteira responsabilidade da contratada todas as informações e envio ao órgão conveniado, juntamente com servidor do município, a leitura ou impressão dos documentos de apoio é de total responsabilidade da contratada.
- 5.4.13 - Caso o município pedir qualquer alteração nos projetos de convênio, a contratada deverá verificar via contato telefônico, ou documentos informativos se é permitido tal alteração, porque o projeto é totalmente responsabilidade da contratada.
- 5.4.14 - Caso o município solicitar alteração e a contratada alterar, sem verificar as questões relativas ao convênio, a contratada é total responsável pelas consequências.
- 5.4.15 - Os projetos deverão ser executados em plataforma BIM, caso solicitado.
- 5.4.16 - O município poderá solicitar um projeto 3D, caso necessário, para melhor visualização do objeto.
- 5.4.17 - Os selos serão de acordo com solicitado pelo órgão ou município.
- 5.4.18 - Quando convênio, as planilhas e projetos deverão seguir os padrões normas vigentes e específicas de cada.

### **6 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

6.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do ETP e DFD, apêndice deste Termo de Referência.

6.2 – O objeto desta contratação está descrito no item 01. deste Termo.

### **7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.**

A solução proposta consiste na criação de um Registro de Preços para contratação de serviços técnicos especializados de arquitetura e engenharia, destinados à elaboração de projetos básicos e executivos e dos demais documentos técnicos necessários à viabilização de obras e intervenções no patrimônio público

**Endereco: RUA PAPA JÃO PAULO II, 870, JD DO LAGO, TOLEDO – MG . CEP 37630 000**



## MUNICIPIO DE TOLEDO

### ESTADO DE MINAS GERAIS

municipal de Toledo/MG, considerando o empreendimento desde sua concepção até sua futura operação e manutenção, sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto.

A elaboração dos projetos abrange as diversas disciplinas de engenharia e arquitetura, incluindo projetos arquitetônicos, elétricos, hidrossanitários, estruturais, de prevenção e combate a incêndio, complementares e especiais, de paisagismo, urbanismo, pavimentação, bem como serviços técnicos de laudos, estudos, vistorias e levantamentos topográficos, conforme necessidade da Administração. Os projetos deverão contemplar soluções construtivas compatíveis com o porte e as necessidades do Município, priorizando racionalidade técnica, eficiência no uso dos recursos, adequação às normas de segurança, acessibilidade e meio ambiente, bem como a redução de custos operacionais e de manutenção ao longo da vida útil das edificações e infraestruturas.

A solução engloba a definição precisa dos sistemas construtivos, estruturais, hidrossanitários, elétricos, de drenagem, pavimentação, prevenção e combate a incêndio e gestão ambiental, de forma compatibilizada, a fim de evitar interferências, retrabalhos e desperdícios na fase de execução das obras. A especificação do produto final consiste na entrega de conjuntos completos de projetos executivos, memoriais, planilhas e documentos técnicos, aptos a subsidiar as futuras licitações e execuções de obras com segurança técnica e jurídica. Ao considerar o ciclo de vida do objeto, a Administração busca assegurar que o investimento realizado na fase de projeto resulte em benefícios duradouros, promovendo eficiência, economicidade e sustentabilidade, em consonância com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública e com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

## 8- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

8 *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

a. *Início da execução do objeto: da emissão da respectiva Ordem de Serviço*

## 9 GESTÃO DO CONTRATO

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5 *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

9.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



## MUNICIPIO DE TOLEDO

### ESTADO DE MINAS GERAIS

- 9.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 9.8 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);
- 9.10 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 9.11 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 9.12 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 9.13 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 9.14 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 9.15 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 9.16 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 9.17 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 9.18 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 9.19 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 9.20 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 9.21 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 9.22 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



## MUNICIPIO DE TOLEDO

### ESTADO DE MINAS GERAIS

9.23 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

#### 10 CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

10.1 A avaliação da execução final do objeto se dará mediante a aferição da qualidade da prestação dos serviços.

10.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

10.2.1. não produzir os resultados acordados,

10.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

11 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

#### Do recebimento

12 Os serviços serão recebidos conforme cronograma, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

12.2 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

12.3 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

12.4 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

12.5 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

12.6 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

12.7 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

12.8 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

12.9 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.10 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.11 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica

**Endereço: RUA PAPA JÃO PAULO II, 870, JD DO LAGO, TOLEDO – MG . CEP 37630 000**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

- 12.12 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 12.13 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 12.14 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 12.15 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 12.16 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 12.17 Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 12.18 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 12.19 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 12.20 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

- 13 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, ocorrerá a liquidação.
- 13.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) o período respectivo de execução do contrato;
  - e) o valor a pagar; e
  - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 13.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



## MUNICIPIO DE TOLEDO

### ESTADO DE MINAS GERAIS

- 13.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.4 A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 13.5 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 13.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 13.7 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 13.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

#### **14 Prazo de pagamento**

14.1 Os critérios de pagamento dos serviços contratados observarão as disposições da Lei nº 14.133/2021 e as condições estabelecidas no instrumento contratual, estando estritamente vinculados à efetiva execução do objeto e ao interesse público.

14.2 O pagamento será realizado de forma a atender ao princípio da economicidade e do interesse público, observando os prazos e as condições pactuadas no instrumento contratual. 14.3 Os pagamentos serão realizados mediante ateste pelo fiscal designado, após verificação do cumprimento integral das obrigações pactuadas em cada Ordem de Serviço, conforme cronograma de execução estabelecido, respeitadas as normas orçamentárias e financeiras do Município de Toledo/MG.

14.4 Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação da nota fiscal ou documento fiscal equivalente, dentro do prazo máximo de 30 dias corridos após o recebimento da nota fiscal, observada a disponibilidade financeira e orçamentária do Município.

14.5 Tal sistemática preserva o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, resguarda o erário e atende aos princípios constitucionais da legalidade, da eficiência, da economicidade e da boa gestão dos recursos públicos.

#### **15 Forma de pagamento**

15.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



## MUNICIPIO DE TOLEDO

### ESTADO DE MINAS GERAIS

#### 16 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1 A seleção do fornecedor será realizada mediante Pregão Eletrônico do tipo menor preço por LOTE, para formação de Ata de Registro de Preços, observando-se rigorosamente os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, eficiência, moralidade, publicidade e economicidade, que norteiam a atuação administrativa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

16.2 O procedimento licitatório observará os critérios de julgamento pelo menor preço global por lote, assegurando a competitividade entre os participantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Municipal. A metodologia adotada permite a participação ampla de empresas especializadas do mercado de engenharia e arquitetura, garantindo transparência, isonomia e motivação objetiva da escolha do contratado, em consonância com o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas de Minas Gerais e do Ministério Público de Contas.

16.3 Os critérios utilizados para a escolha do fornecedor compreenderam:

a) menor preço global por item, como elemento primário de seleção, assegurando que a contratação não implique ônus desproporcional ao erário;

**b) capacidade técnica e experiência da empresa, demonstrada pela oferta de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de Direito Público comprovando que já executou atividades na área pública garantindo possuir conhecimento na área pública com relação as normas legais e técnicas em obras públicas, garantindo atendimento seguro e qualificado;**

c) compatibilidade dos valores com a prática de mercado, aferida pela comparação entre as cotações apresentadas;

d) prontidão e disponibilidade imediata para início da execução.

16. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**16.5 Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**16.6 Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/>;

**17 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**18 Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**19 Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**20 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**21 Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**Endereco: RUA PAPA JÃO PAULO II, 870, JD DO LAGO, TOLEDO – MG . CEP 37630 000**



## MUNICIPIO DE TOLEDO

### ESTADO DE MINAS GERAIS

- 22 Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 23 Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 24** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 25** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 26** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 27** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 28** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 29** *Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;*
- 30** *Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;*
- 31** *Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.*
- 32** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 33** certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- 34** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

#### **Qualificação Técnica**

A qualificação técnica da empresa a ser contratada deverá comprovar sua aptidão para a execução dos serviços técnicos especializados de arquitetura e engenharia objeto deste Termo de Referência, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021 e aos princípios constitucionais da legalidade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa.

A empresa deverá demonstrar que possui em seu quadro profissional legalmente habilitado na área de engenharia ou arquitetura, devidamente registrado no conselho profissional competente (CREA ou CAU), responsável técnico pelos serviços a serem executados, com a apresentação da respectiva Anotação ou



## MUNICIPIO DE TOLEDO

### ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro de Responsabilidade Técnica.

**35** *Capacidade técnica e experiência da empresa, demonstrada pela oferta de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica preferencialmente de Direito Público comprovando que já executou atividades na área pública garantindo possuir conhecimento na área pública com relação as normas legais e técnicas em obras públicas, garantindo atendimento seguro e qualificado;*

**35.6** *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

**35.7** *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor, sendo este dois atestados.*

**35.8** *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto*

### **36. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

37 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Toledo/MG.

38 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

A ser indicada no momento da formalização de cada Ordem de Serviço, conforme dotações orçamentárias disponíveis da Secretaria Municipal de Obras.

### **39. DA PUBLICIDADE**

40 O extrato do contrato oriundo deste instrumento será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Estado de Minas Gerais.

41 A CONTRATADA deverá declarar para os devidos fins que está ciente que a íntegra do contrato, bem como de eventual Termo Aditivo, será publicada no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal e que tal publicação não fere nenhum dispositivo da Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGDP).

### **42. DA LEI ANTICORRUPÇÃO**

43 As partes deverão observar todas as disposições das regras anticorrupção em vigor no Brasil, em especial, as previsões da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), do Decreto Federal nº 8.420/2015 e dos demais atos normativos aplicáveis.

44 As partes deverão se comprometer também a se absterem de praticar quaisquer atividades que constituam violação às disposições das normas anticorrupção e das demais disposições referentes à matéria.

45 As partes, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como por seus sócios, deverão conduzir suas práticas, durante a execução do contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

46 Para a execução do contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto do contrato, ou de forma não relacionada ao mesmo ou direcionar negócios que violem as regras anticorrupção, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

47 Na assinatura do contrato, as partes deverão declarar que: (a) não violaram, violam ou violarão as regras

**Endereço: RUA PAPA JÃO PAULO II, 870, JD DO LAGO, TOLEDO – MG . CEP 37630 000**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

anticorrupção; (b) têm a ciência de que qualquer atividade que viole as regras anticorrupção é proibida; e (c) declaram conhecer as consequências possíveis de tal violação.

48 Qualquer descumprimento das regras de integridade mencionadas acima ensejará a resolução imediata do contrato, apenas por meio de notificação extrajudicial, sem prejuízo de eventual pagamento de indenização por perdas e danos.

Toledo, MG, 17 de abril de 2026.

**MARCELLA L. G. LOPES**

Órgão Demandante: Secretaria Municipal de Obras de Toledo/MG



# MUNICIPIO DE TOLEDO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### Anexo III – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO (PAPEL TIMBRADO)

PREGÃO RP nº 00/2026  
Processo de Licitação nº /2026  
À  
Prefeitura Municipal de Toledo / MG  
Comissão de Licitação

Prezado Senhores,

Nosso preço para a o fornecimento dos seguintes itens

Tabela\*

R\$ ( ), , e será entregue inteiramente de conformidade com as especificações constantes do ato convocatório e seus anexos, referentes ao pregão RP nº xx, relacionada ao Processo de Licitação nº xx/2024.

### DECLARAÇÕES

1. Declaramos que entregaremos as itens dentro do prazo estipulado no respectivo edital e seus anexos.
2. Declaramos que estamos de acordo com os itens referentes ao termo de referência, prazos, e pagamentos.
3. Declaramos que o preço unitário e o preço global da proposta compreendem todas as despesas relativas ao completo fornecimento.
4. Declaramos que o prazo de validade para a nossa proposta é de 60 (sessenta) dias.

.....  
Local e data.

.....  
(identificação e assinatura do representante legal)



# MUNICIPIO DE TOLEDO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### ANEXO IV - MODELOS DE DECLARAÇÕES

#### MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob N° \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade n° \_\_\_\_\_ e do CPF n° \_\_\_\_\_, DECLARA, para todos os efeitos legais, referente ao processo de licitação de PREGÃO N° XXX/XXXX, realizada pela Prefeitura Municipal de Toledo MG sob as penas da lei, que:

1. Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, e tem plena aceitação das regras e das condições gerais da contratação (art. 67, VI, da Lei 14.133/21);
2. Não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos (art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal).
3. Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso IV, do art. 14º da Lei 14.133/2021);
4. Não está impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (inciso III, do art. 14 da Lei 14.133/2021);
5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social (inciso IV, do art. 63, da Lei 14.133/21);
6. Que cumpre as condições de habilitação e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
7. Que cumpre as normas relativas a saúde e a segurança do trabalho de seus empregados, excluindo no que se refere a este aspecto quaisquer responsabilidades do Município de Toledo/MG

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2026.

**(Assinatura do responsável) Carimbo CNPJ**



# MUNICIPIO DE TOLEDO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PREGÃO Nº 001/2025  
Processo de Licitação nº XXX/2025

, com sede na , nº , cidade de CNPJ nº , vem através de seu representante legal infra-assinado, com fundamento no artigo 3º e seus parágrafos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2.006, com suas alterações posteriores, manifestar a sua opção pelo tratamento diferenciado e favorecido, estando apta a usufruir do tratamento ali previsto.

DECLARA ainda, ser:

Microempresa e não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Empresa de pequeno porte e não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

(localidade), de de 2.026.

(assinatura)

Nome:

RG:



# MUNICIPIO DE TOLEDO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### V - MODELO DE ATA

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202..., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... [*do edital de Licitação nº ...../20...*] ou [*do Aviso da Contratação Direta nº*], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
	Especificação	Marca ( <i>se exigida no edital</i> )	Modelo ( <i>se exigido no edital</i> )	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

#### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

**Endereço: RUA PAPA JÃO PAULO II, 870, JD DO LAGO, TOLEDO – MG . CEP 37630 000**



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

3.2. *{Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

#### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS *(item obrigatório)*

4.1. *Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.*

4.2. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### Vedação a acréscimo de quantitativos

4.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

#### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, *podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

5.1.1. *O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.*

5.1.2. *Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.*

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. *O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.*

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. *Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;*

5.4.2. *Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:*

5.4.2.1. *Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e*



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



## MUNICÍPIO DE TOLEDO

### ESTADO DE MINAS GERAIS

#### 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

#### 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

### 9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou



## MUNICIPIO DE TOLEDO ESTADO DE MINAS GERAIS

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

### 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

### 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA*.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

**Endereço: RUA PAPA JÃO PAULO II, 870, JD DO LAGO, TOLEDO – MG . CEP 37630 000**



# MUNICIPIO DE TOLEDO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Toledo/MG, XX de XXXXXXXX de 2026.

**CONTRATANTE**  
**Prefeito Municipal**

**Endereço: RUA PAPA JÃO PAULO II, 870, JD DO LAGO, TOLEDO – MG . CEP 37630 000**



**MUNICIPIO DE TOLEDO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONTRATADA**

**Testemunhas:**

**1ª NOME: XXXXXXXXXXXX**  
**CPF: XXXXXXXXXXXX**

**2ª NOME: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**